



ESPACIALIDADES DA VÁRZEA AMAZÔNICA: OS CASOS DE AFUÁ, MOCAJUBA E BELÉM

SPATIALITIES OF THE AMAZONIAN FLOODPLAINS: THE CASES OF AFUÁ, MOCAJUBA AND BELÉM

ESPACIALIDADES DE BOSQUE DE INUNDACIÓN AMAZONICA: LOS CASOS DE AFUÁ, MOCAJUBA Y BELÉM

Recebido em 08/11/2020 Aceito em 22/02/2021

CARDOSO, Ana Claudia Duarte¹
VICENTE, Letícia Ribeiro²
BRITO, Romario³

¹ Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, Pará, Brasil.
aclaudiacardoso@gmail.com; acardoso@ufpa.br
ORCID: 0000-0002-1866-453X

² Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, Pará, Brasil.
leticiavicente26@gmail.com
ORCID: 0000-0001-9248-7159

³ Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, Pará, Brasil.
britoromario3@gmail.com
ORCID: 0000-0002-6145-4773



Resumo

Este artigo dedica-se à caracterização de um repertório espacial próprio de regiões de várzea amazônica, para discutir a assimilação dos territórios da várzea pela lógica exógena de urbanização contemporânea. O texto caracteriza espacialmente a ocupação de várzea a partir de três casos: Belém, polo metropolitano; Mocajuba, município afetado pela UHE Tucuruí, e Afuá, município ribeirinho do arquipélago do Marajó, para explorar analogias de ocupação nas três escalas de aglomeração. Dentre os casos analisados, evidencia-se a articulação dialética entre campo e cidade em diversas trajetórias: as tipologias de várzea ocuparam as baixadas da capital e, estigmatizadas como espaço da pobreza e precariedade, justificaram aterros e macrodrenagens, alimentando o desejo de modernizar as várzeas urbanas da pequena Afuá, ou das vilas de Mocajuba, que davam suporte à abundante e resiliente vida ribeirinha.

Palavras-Chave: várzea amazônica, repertório espacial, Afuá, Mocajuba, Ilha do Combu, Belém

Abstract

This article is dedicated to characterizing a spatial repertoire belonging to the Amazonian floodplains, in order to discuss how these territories have been assimilated by the exogenous logic of contemporary urbanization. The text examines the spatial characteristics of the floodplain occupation based on three cases: Belém, the metropolitan pole; Mocajuba, a municipality affected by the Tucuruí dam, and Afuá, a riverine municipality in the Marajó archipelago, to explore the analogies of occupation in the three scales of agglomeration. Amongst the cases analyzed, the dialectical link is identified between the countryside and the city within the diversity of trajectories: the floodplain typologies occupied the lowlands of the capital and, stigmatized as a space of poverty and precariousness, justified the landfills and macro drainage, thereby nourishing the desire to modernize the urban floodplains of the small Afuá, or the villages of Mocajuba, which had previously supported the abundant, resilient riverine life.

Key-Words: Amazonian floodplains, spatial repertoire, Afuá, Mocajuba, Combu Island, Belém

Resumen

Este artículo está dedicado a la caracterización de un repertorio espacial propio de las regiones de los terrenos bajos del Amazonas, para discutir la asimilación de los territorios de las tierras bajas por la lógica exógena de la urbanización contemporánea. El texto caracteriza espacialmente la ocupación de bosque de inundación basada en tres casos: Belém, polo metropolitano; Mocajuba, municipio afectado por la presa de Tucuruí, y Afuá, un municipio ribereño en el archipiélago de Marajó, para explorar analogías de ocupación en las tres escalas de aglomeración. Entre los casos analizados, la articulación dialéctica entre el campo y la ciudad se evidencia en diferentes trayectorias: las tipologías de llanuras de inundación ocuparon las tierras bajas de la capital y, estigmatizadas como un espacio de pobreza y precariedad, justificaron vertederos y macro-drenajes, alimentando el deseo de modernizar de bosque inundación urbanas de la pequeña Afuá, o los pueblos de Mocajuba, que apoyaron la abundante y resistente vida ribereña.

Palabras clave: bosque de inundación amazónico, repertorio espacial, Afuá, Mocajuba, Isla Combu, Belem

1. Introdução

Este artigo dedica-se à caracterização de um repertório espacial próprio de regiões de várzea¹ amazônica, para discutir a assimilação dos territórios da várzea pela lógica exógena de urbanização contemporânea. A coexistência de pessoas e floresta durante vários séculos foi capaz de criar uma distribuição de assentamentos humanos peculiar, uma espécie de sistema humano-natural, típico de biomas antropogênicos (CLEMENT *et al*, 2015), que resultou em uma matriz de dispersão de população por pequenos assentamentos, que vêm sendo cada vez mais articulados às cidades por meio de uma logística de transporte, que escoia a produção de atividades de exploração de recursos naturais ou do agronegócio e orienta a expansão urbana.

Em busca desse repertório, o texto parte deste imbricamento entre habitantes e natureza para investigar formas de ocupação de assentamentos onde o meio natural é espaço de produção e reprodução da vida, e a apropriação do território inclui soluções espaciais e tipologias de custo acessível e baixo impacto ambiental. Esta lógica costuma ser oposta às alternativas oferecidas pelas políticas públicas pautadas pelo pensamento moderno de separação entre pessoas e natureza e por rupturas culturais, que equiparam populações estabelecidas com grupos migrantes que veem a terra como meio de produção ou investimento.

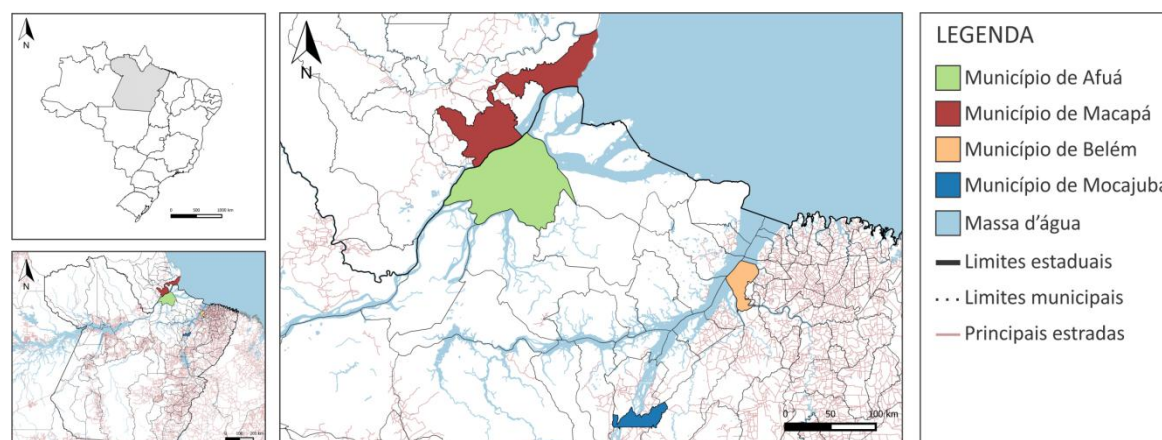
A aplicação direta das premissas da sociedade de consumo capitalista, que entende a terra como mercadoria e os recursos naturais como ativos a serem explorados até sua exaustão penalizam as populações que co-evoluíram com o território e que detêm saberes sobre como manejar e se adaptar aos ciclos longos da natureza. Por outro lado, a privação de serviços básicos (energia, saneamento, mobilidade) para populações dispersas na floresta, ou distantes dos grandes centros, ainda é um desafio para o Brasil do século XXI, e requer articulação entre velhos saberes e novas tecnologias.

Na Amazônia, a coexistência de ambientes urbanos, rurais e naturais, indica que a integração econômica e espacial ainda não promoveu a completa transformação de modos de vida (do mercantil/extrativista para o industrial) ou possibilitou o pleno controle da natureza, como requer a lógica industrial. Há necessidade de abordagem integrada de processos urbanos e rurais (CARDOSO e LIMA, 2006; CASTRO, 2009, SAIDLER, 2015; CARDOSO *et al*, 2018) tendo em vista a conexão direta de processos industriais com áreas rurais, ou com processos de reestruturação rural, que impactam fortemente as cidades e vilas que passam a acomodar os habitantes expulsos de seus territórios em periferias precárias.

Essa realidade, tão banalizada na formação territorial brasileira, ainda é vista como inexorável pelas políticas públicas focadas no crescimento econômico, baseadas na degradação e exclusão socioambiental. O texto apresenta a ocupação de várzea a partir de três casos: Belém, polo metropolitano; Mocajuba, município afetado pela Usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, e Afuá, município ribeirinho do arquipélago do Marajó, para explorar analogias de ocupação nas três escalas de aglomeração (ver localizações na figura 1), investigados em pesquisas de campo realizadas em 2017 (Belém e Afuá), 2018 (Belém e Mocajuba) e 2019 (Belém, Mocajuba e Afuá), e apoiados em revisão de literatura para apontar outras possibilidades. Este registro deve-se ao rápido desaparecimento e metamorfose de soluções endógenas, face à adoção progressiva de soluções citadinas ou metropolitanas para uso e ocupação da terra por intervenções públicas ligadas à política federais, como ocorreu, por exemplo, em intervenção do Programa Minha Casa Minha Vida em comunidades remanescentes de quilombo na área de várzea do Rio Tocantins (OLIVEIRA, 2020).

¹ Em resumo as várzeas (ou igapó alto) são faixas marginais aos rios, de formação sedimentar recente, que periodicamente estão cheias. A várzea configura-se como oposta a terra firme, e cada uma dessas paisagens condiciona estratégias adaptativas e produtivas dentro do contexto amazônico, bem como identidades regionais (CANTO, 2007; STERNBERG, 1998).

Figura 1: Localização dos municípios de Afuá, Macapá, Belém e Mocajuba.



Fonte: IBGE (2019a); IBGE (2019b). Elaborado pelos autores.

2. A várzea como a nova fronteira de expansão do capital na Amazônia: a urbanização extensiva em processo

Até 1950 o rio era a principal forma de conexão do território na Amazônia. As cidades e vilas eram localizadas nas margens dos rios, inseridas ou próximas às várzeas que por séculos foram vistas como territórios de abundância de recursos e oportunidades (STOLL, 2014). Após 1950, a Amazônia foi incorporada ao restante do país como área de expansão da fronteira capitalista, integrada fisicamente ao país por rodovias, e incorporada do mercado de terras nacional (CORRÊA, 1987).

Rios, florestas, solo e subsolo foram incluídos em projetos de exploração mineral, energética, agropecuária, madeireira, conflitando com populações secularmente estabelecidas (PORTO-GONÇALVES, 2005), e estabelecendo uma urbanização extensiva², que a princípio assimilou áreas de terra firme nas e na última década avançou sobre a várzea para exploração de madeira, monocultura de açaí, exploração turística e expansão imobiliária (TAGORE; CANTO; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2018; BIBAS, 2018).

O Quadro 1 apresenta alguns atributos dos municípios estudados para situá-los e distingui-los quanto ao processo de transformação de suas várzeas (dados populacionais, condições de acessibilidade da várzea a partir do continente, extensão de mancha urbana e densidade). A condição de capital estadual e de metrópole com mais de 400 anos repercute sobre os 65,14% insulares do seu território (BELÉM, 2012), favorecendo arranjos econômicos virtuosos entre populações agroextrativistas e o mercado continental; em Mocajuba a histórica transumância (movimento de população entre sede, várzea terra firme conforme estação do ano) começa a ser alterada e há menor dinamismo, e em Afuá, a proximidade com Macapá, capital do estado do Amapá, altera as condições de consumo, apesar do acesso unicamente fluvial, da predominância da palafita e da dependência histórica do extrativismo.

² Ocorre na região um processo de urbanização extensiva, entendida como aquela que extrapola os limites da cidade, e abarca “virtualmente” espaços múltiplos, criando malhas regionais e mundiais ligadas a formas capitalistas de apropriação do espaço. A cidade, enquanto estrutura física, não chega completamente a todos os lugares, mas processos urbanos, pensamentos, costumes, formas de construção (física, social) ultrapassam (ainda que em graus distintos) a cidade e integram espaços ditos rurais (MONTE-MÓR, 1994).

Quadro 1: Características demográficas e espaciais dos municípios estudados.

	Município (fundação da cidade)	Afuá (1890)	Mocajuba (1895)	Belém (1616)
Acesso	Conexão	Pelo rio ou por aviões pequenos. Deslocamentos entre sede e vilas (nas ilhas) pelo rio.	Pela estrada e pelo rio. Descolamento entre sede e vilas (nas ilhas) pelo rio.	Pela estrada, pelo rio ou por avião. Deslocamento entre sede e ilhas pelo rio e por ponte (nas ilhas de Mosqueiro e Outeiro).
	Distância	Rotas: Afuá – Macapá 74 km em linha reta; Afuá – Belém 265.75 Km em linha reta (medição Google Maps).	Rota: Mocajuba – Belém 167,15 Km em linha reta; 186 Km de estrada (medição Google Maps).	Para ilhas mais populosas: Centro de Belém - Mosqueiro 70 Km de estrada; Centro de Belém – Outeiro 30 km de estrada ; Distrito de Icoaraci - Cotijuba 8 km em linha reta pelo rio; Centro de Belém – Combu 1,5 km em linha reta pelo rio (medição Google Maps).
	Tempo de deslocamento	Tempo de deslocamento para capital: Afuá – Macapá 4h de barco ou 2h de lancha; Afuá – Belém – 36h de barco.	Tempo de deslocamento para capital: Mocajuba – Belém 4h de carro.	Tempo de deslocamento para ilhas mais populosas: Centro de Belém - Mosqueiro 1h 30 min de carro; Centro de Belém – Outeiro 1h de carro; Distrito de Icoaraci - Cotijuba 40 min de barco; Praça Princesa Isabel – Combu 15 a 20 min de barco.
Dados populacionais	Total	35.042 hab. (IBGE, 2010).	26.731 hab. (IBGE, 2010).	1.393.339 hab. (IBGE, 2010).
	Urbana	27 % (IBGE, 2010).	68% (IBGE, 2010).	99% (IBGE, 2010).
Dados territoriais	Área municipal	8.372,8 Km ² (IBGE, 2010). Área total terra + água.	870,8 Km ² (IBGE, 2010). Área total terra + água.	1.059,4 Km ² (IBGE, 2010). Área total terra + água.
	Mancha urbana	1,30 Km ² (0,01 % do território municipal) - área urbana somente na sede municipal (medição aproximada da sede).	4,30 Km ² (0,49 % do território municipal) - área urbana somente na sede municipal (medição aproximada da sede).	187,61 Km ² (17,70 % do território municipal) com 52,7 Km ² nas ilhas - área urbana no continente e em parte das ilhas de Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba (medição das zonas urbanas estabelecidas no Plano Diretor).
	Densidade demográfica	4,19 hab / Km ² (IBGE, 2010).	30,7 hab / Km ² (IBGE, 2010).	1315,27 hab/Km ² (IBGE, 2010).

Fonte: IBGE, 2010; www.google.com.br/maps. Elaborado pelos autores.

A transformação da várzea em última fronteira de exploração pelo capital, desafia condições geomorfológicas e inundações regulares, antes consideradas de difícil solução para os migrantes pioneiros, pelo alto custo dos aterramentos e obras de macrodrenagem associados à seu aproveitamento econômico urbano ou periurbano (casas de veraneio, condomínios-clubes, *resorts*, restaurantes e espaços voltados

ao turismo, assentamentos precários). O Quadro 2 apresenta de forma esquemática a extensão da várzea em cada município, e arranjos espaciais vinculados aos três casos, destacando a várzea insular como o espaço de maior resistência de ocupações tradicionais na capital, mas bastante afetado pela provisão de energia elétrica e de soluções de transporte (pontes, transporte fluvial público, transporte comunitário). É preciso lembrar que desde o século XVIII, vilas e cidades amazônicas eram espaços de feira e mercado para os produtos de suas áreas de influência, as várzeas sempre foram habitadas e produtivas, com contato diário (“movimento pendular” em barcos individuais) de moradores da várzea com feiras das cidades próximas, que também lhes permitia o acesso a serviços de educação e saúde, participação em festividades religiosas, etc., ainda que essa trajetória seja diferenciada conforme as funções e importância da cidade.

Quadro 2: Extensão e assentamentos na várzea dos casos estudados.

	Afuá	Mocajuba	Belém
Área de várzea			
Vilas			
Casas			

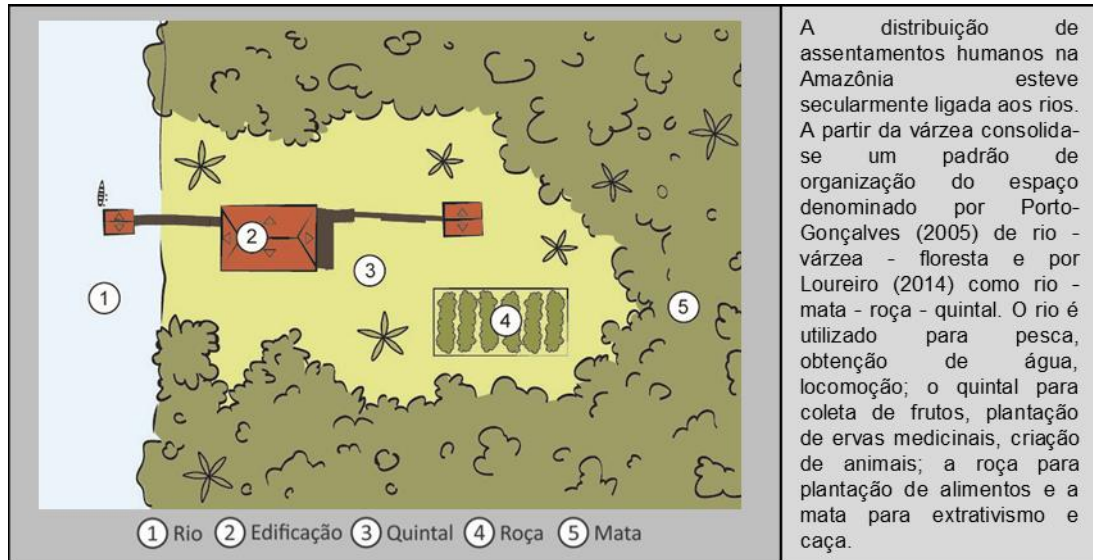
Fonte: IBGE (2019a); IBGE (2019b); CPRM (2014). Fotos de Letícia Vicente e Romário Brito. Elaborado pelos autores.

No caso metropolitano, desde a segunda metade do século XX, a várzea continental foi alternativa de habitação para os grupos sociais excluídos (ocupação informal das “baixadas” de Belém), enquanto historicamente as ilhas foram espaços de usos indesejáveis no continente (ex.: presídio), local de produção agroextrativista (com produtos da gastronomia local), ou espaços de segunda residência e lazer próximo às praias (BRITO, 2019; VICENTE e CARDOSO, 2018). Nas ilhas maiores os usos urbanos ocuparam localizações com sítio de terra firme, enquanto as áreas de várzea mantiveram usos tradicionais.

Mocajuba é um exemplo da cultura Tocantina, muito antiga na região, onde a interdependência entre sede, vilas e espaços de terra firme dedicados à agricultura sempre existiu, e era comum que as famílias tivessem casas/apoios em todos esses espaços. A cidade contava com a várzea como espaço de produção típica baseada no sistema rio-mata-roça-quintal (ver Quadro 3), e somente nos últimos 20 anos houve uma ruptura desse arranjo, e confinamento das gerações mais jovens apenas à cidade. Fatores como mudanças químicas nas águas, volume de peixes, posteriores à construção da barra-

gem da UHE Tucuruí nos anos 1980, somados à oferta de crédito para a produção de pimenta em terras firmes, abertura de rodovias e à precariedade tecnológica da produção e vida na várzea, são apresentados como justificativa da transferência definitiva das famílias para a cidade (CORRÊA, 2018).

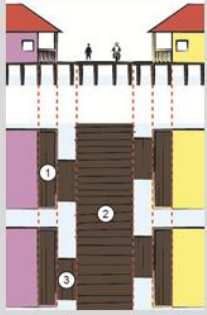
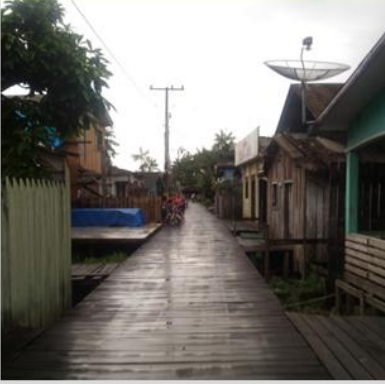
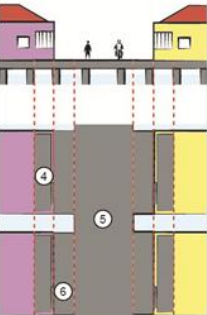


Quadro 3: Esquema ilustrativo do arranjo espacial de uma família varzeira.



Fonte: Brito (2019). Elaborado pelos autores.

Afuá ilustra a dinâmica da várzea marajoara. A sede é completamente construída sobre a várzea, onde a população construiu casas (palafitas) e as ruas (estivas) de madeira, e incorporou as águas à dinâmica cotidiana. As vilas são assentamentos ribeirinhos típicos da região (conforme Quadro 3), que abrigavam a maior parte da população do município no último censo (IBGE, 2010). Entretanto, a possibilidade de transporte rápido desde Macapá, a escassez de madeira (explorada para exportação), a migração do extrativismo para o assalariamento temporário em empresas de exploração de madeira ou palmito, estão na raiz de profundas mudanças na sede, com tendência de ruptura com as águas, por substituição da madeira pelo concreto, construção de lajes sob as casas emulando lotes e impedindo o contato com as águas (BIBAS, 2018). No arquipélago do Marajó, o acesso de pequenos municípios a investimentos em distribuição de energia, habitação e pavimentação, ocorrido nas primeiras décadas do século XXI, contribuiu para a adesão a um tipo de desenvolvimentismo peculiar, que nega a estiva de madeira e o contato com as águas em benefício do uso do concreto e do asfalto (BIBAS, 2018). O Quadro 4 apresenta esquemas da transformação em curso, e oferece paralelos espaciais das baixadas de Belém (na metrópole), onde as estivas são associadas à pobreza extrema e à precariedade, e o aterro e a macrodrenagem foram assumidos como única estratégia possível de consolidação de ocupação pelos seus moradores. As fotos expressam a linguagem espacial comum em contextos de várzea distintos, de águas contaminadas e adensamento populacional da Bacia do Tucunduba em Belém e de ocupação vernácula em águas sob influência de marés oceânicas do rio em Afuá. A condição de várzea urbana indica uma tendência de negação do contato com as águas, em resposta a uma concepção de desenvolvimento que não dialoga com a realidade cotidiana da população de Afuá.

Quadro 4: Esquemas e imagens da transformação das estivas de Afuá e desconexão com o rio, e referências de Belém.

Estivas e espaços de transição em madeira	Afuá (2016 e 2019)	Belém (2000)
 <p>① Pátio (madeira) ② Estiva (madeira) ③ Espaço de transição</p>	 <p>Estiva em madeira na sede de Afuá Foto: Thales Miranda (2019).</p>	 <p>Estiva em madeira na Belém continental Foto: Marcos Bittencourt (2000).</p>
<p>Estivas e lajes em concreto</p>  <p>④ Pátio (concreto) ⑤ Estiva (concreto) ⑥ Laje em concreto</p>	 <p>Laje em concreto na sede de Afuá Foto: Luna Bibas (2016).</p>	 <p>Rua aterrada na Belém continental Foto: Marcos Bittencourt (2000).</p>

Fonte: Bibas (2018); Cardoso (2002). Elaborado pelos autores.

3. Caracterização dos espaços de vida na várzea

Dentre as 39 ilhas de Belém, 17 são habitadas, e apenas 3 possuem parcelas urbanas (Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba). Duas são ligadas por ponte desde a década de 1970 (Mosqueiro e Outeiro) e uma possui transporte fluvial público mantido pela prefeitura desde a década de 1990 (Cotijuba). As ilhas não conectadas por pontes se constituem em assentamentos agroextrativistas e são majoritariamente parte do patrimônio da União (Terras de Marinha). Possuem o ambiente natural preservado, são habitadas por populações ribeirinhas, com ocupação de baixa densidade populacional (SILVA, 2010), que contribui para a preservação ecológica local e para o controle do microclima da metrópole (MOREIRA, 2018). A proximidade com a capital permite o deslocamento diário para o continente, para abastecimento das feiras, acesso a serviços ou mesmo trabalho urbano, e nos finais de semana e feriados prevalece o fluxo contrário, para os restaurantes, praias, balneários, com destaque para os anúncios das companhias de aviação e de turismo de atrações (passeios fluviais e gastronômicos) na Ilha do Combu, sem decisão negociada com os ribeirinhos, que já provocam aumento do porte de restaurantes, introdução de empresários não moradores da ilha, aumento do fluxo de embarcações e intensificação da erosão das margens, entre outros processos de mudança.

O verde das ilhas somado à possibilidade de isolamento justificaram a introdução de novas tipologias, como a construção de um condomínio fechado de alto padrão dentro de uma Zona de Interesse Ambiental na ilha de Outeiro (Caratateua), conectada por ponte ao norte do continente, que teve a natureza com principal apelo de propaganda de sua campanha publicitária e todos os lotes vendidos no seu lançamento em 2010³, a ilha também abriga hangar e marinas. A Ilha do Mosqueiro (a de maior extensão do município e também conectada por ponte) foi destino histórico de final de semana da classe média, conta com empreendimentos turísticos de maior porte, mas tende a ser tratada como periferia de Belém, onde coexistem comunidades extrativistas, assentamento do Movimento de Trabalhadores Sem Terra e unidades de conservação. De modo geral, as ilhas maiores contam com áreas urbanas - associadas às praias e às moradias de luxo (casas de final de semana) ou populares (dos trabalhadores do centro que optam por moradia de menor custo). Tal diversidade resulta em novas formas de exploração ambiental e de segregação socioespacial no relacionamento entre áreas de terra firme e de várzea.

A vida da várzea pode ser exemplificada na Ilha do Combu, constituída unicamente de sítios de várzea, e acesso rápido pelo rio a partir da parte sul de Belém, e em parte da ilha de Cotijuba, formada por terras firmes e de várzea e com acesso fluvial a partir de Icoaraci (distrito da parte norte de Belém) e tempo aproximado de deslocamento de 45 minutos. Ambas ilustram situações em que a população local mantém formas de produção e reprodução tradicionais, tendo em vista a produção de alimentos para as próprias ilhas e para o mercado de Belém (VICENTE, 2019).

No Combu ocorre o retorno de jovens (que haviam deixado a ilha) para atendimento da demanda por turismo de final de semana e por produtos agroextrativistas (ex.: cacau/chocolate e açaí). Contudo, tais atividades demandam o manejo de grandes porções de terra, para plantio e coleta de produtos, e no caso do Combu para acesso ao rio, que é utilizado para a pesca, deslocamento, e abastecimento de água não potável (BRITO, 2019). Tal estratégia depende da manutenção da lógica tradicional de uso e ocupação do território, com espaços de moradia nas margens e área de produção no miolo da Ilha, conforme a representação esquemática do Quadro 5. A introdução da energia elétrica criou um limite espacial que começou a ser usado para destacar parcelas de terra que têm posse negociada (as terras são da União) entre ilhéus e forasteiros, onde os primeiros abrem mão do acesso ao rio, cedendo a margem para restaurantes e casas de final de semana (BRITO, 2019).

Quadro 5: Representação esquemática da distribuição de terras no interior da Ilha do Combu.



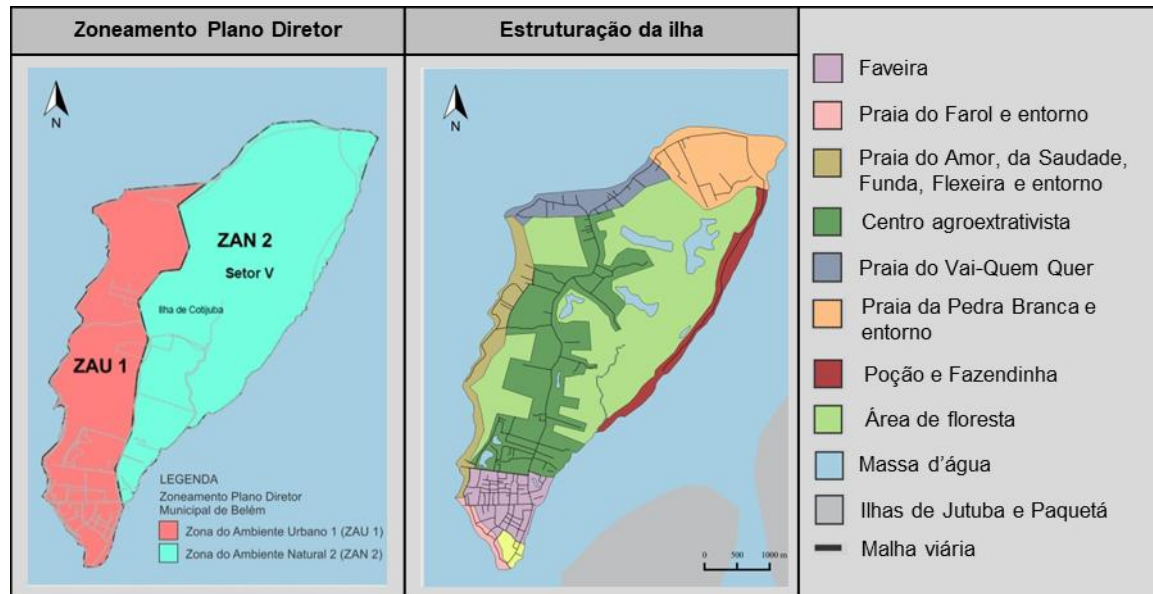
Fonte: Brito (2019). Elaborado pelos autores.

Em Cotijuba estima-se que a população local tenha mais que dobrado nos últimos 20 anos. O número de moradores e turistas aumentou consideravelmente desde 2003, quando foi implantado o sistema de distribuição de energia elétrica. A ilha também conta com abastecimento de água pelo sistema municipal, ainda que não alcance todos os moradores, e subdivide-se em parte urbanizada e parte rural, em territórios de várzea e terra firme. Cotijuba destaca-se também pelas paisagens de praia de rio, que

³ <https://alphanewsnotre.wordpress.com/2011/06/22/depois-do-enorme-sucesso-de-vendas-da-primeira-fase-vem-ai-o-segundo-residencial-alphaville-belem>

possuem apelo turístico (VICENTE, 2019). As políticas territoriais propostas pela Prefeitura para a Ilha são insuficientes e inadequadas, pois são feitas a partir de instrumentos difundidos para a área continental, e não dão conta dos arranjos híbridos e das necessidades espaciais cotidianas dos ilhéus. Observa-se tendência de reprodução do parcelamento urbano individualizado na área sul da ilha, em oposição ao modo de apropriação orientado pelo interesse coletivo (familiar) que prevalece na área de produção extrativista (OLIVEIRA, 2019). A maneira como o plano diretor municipal (BELÉM, 2008), regula o ambiente urbano amplia o mercado de terras, favorecendo a conversão de usos rurais em urbanos. O Quadro 6 apresenta o zoneamento oficial do território da Ilha e esquema da setorização da Ilha, percebida e informada pelos moradores (VICENTE, 2019).

Quadro 6: Diferença entre zoneamento oficial e setorização que a comunidade faz de Cotijuba.



Fonte: Plano Diretor Municipal de Belém (BELÉM, 2008); Vicente (2019).

Em Mocajuba a interdependência entre várzea e sede municipal foi alterada, e não oferece as mesmas possibilidades para os produtores agroextrativistas que as feiras e mercados de Belém. No mercado da cidade observa-se maior volume de itens importados do que de produção local, e entrevistas indicaram uma tendência de abandono da produção extrativista pelas novas gerações, apesar do apreço pela condição de moradia na área de várzea. A busca de empregos no setor público (professor, agente de saúde) aumenta, enquanto a produção de doces das frutas locais está desaparecendo. As comunidades têm identidade própria, com igreja, escola e moradia, com localização em sequência na margem do rio, respeitando o gradiente tradicional (rio, moradia, roça, floresta), mas já há casos de atendimento pelo programa Minha Casa Minha Vida em que ocorre substituição de casas temporárias no centro da comunidade por um conjunto de casas padronizadas, da mesma forma que ocorre o alojamento de migrantes da várzea em casas de conjunto do mesmo programa na sede municipal. Registre-se que o arranjo original da várzea tem uma moradia pequena, mas articulada a muitas outras edificações (para aves, porcos, ferramentas, motor, banheiros, casa de farinha, espaço de trabalho) e a uma área de coleta/cultivo que pode ter mais de 10 vezes o tamanho do centro da comunidade (OLIVEIRA, 2020), e na mudança para a sede, a família passa a contar apenas com a casa, e nem sempre consegue postos de trabalho urbanos (ver Quadro 7).

Quadro 7: Fluxos em direção à sede de Mocajuba e esquema de ocupação da várzea.



Fonte: IBGE (2010); OLIVEIRA (2020). Fotos de Leticia Vicente e Kamila Oliveira.

Em Afuá, os quintais têm sido suprimidos na área urbana, e a produção antes realizadas nestes é transferida para os sítios da várzea rural (VICENTE e CARDOSO, 2019), processo que ocorre em paralelo à introdução das lajes de concreto na cidade emulando lotes, que são mais quentes, menos flexíveis e ameaçam os padrões de apropriação do espaço público existentes, ligados às micro praças de vizinhanças e à permanência na estiva de madeira para conversa ou consumo (em barracas de vendedores de rua) (BIBAS, 2018). Essas transformações são mais rápidas no centro comercial, onde há concentração de população com maior poder aquisitivo e capacidade de alterar o padrão original das edificações (BIBAS, 2018). Após a criação do Parque estadual do Charapucu, na área rural do município, muitas comunidades foram remanejadas e houve grande migração dessas famílias para a cidade, resultando na criação de um bairro novo, bairro Capim Marinho, que carrega o estigma de perigoso e possui menos infraestrutura quando comparado ao bairro do Centro (BIBAS, 2018).

Na várzea rural de Afuá há uma hierarquização de centralidades, que permite a dispersão da população no território e o seu sustento a partir da biodiversidade. Tais áreas contam com o registro das vilas ribeirinhas tradicionais, compostas por famílias que compartilham a terra destinada à moradia e alguns equipamentos comunitários (escola, barracão, igreja, trapiche) e os espaços de produção (hortas, criação de animais, área de manejo de açaí, área de coleta de frutos), que somados à pesca e a empregos de membros as famílias na cidade, compõem um arranjo diversificado de renda familiar. Esse sistema está ameaçado pela monocultura do açaí, para extração da polpa e do palmito, bem pelo desmatamento realizado por serrarias, o que encarece a madeira antes abundante para construção para os moradores. A infraestrutura nas vilas é limitada, sem rede elétrica, a população depende dos motores de óleo diesel ou placas fotovoltaicas para uso dos principais eletrodomésticos. A captação da água também é feita de maneira individual, do rio ou da chuva. As vilas servem de apoio imediato a casas dispersas na área de várzea, assim como a sede é o ponto de apoio às vilas, e a capital (Macapá) é o destino para serviços mais complexos (VICENTE e CARDOSO, 2019).

4. Considerações finais

O ambiente de várzea é um ambiente regido pelos regimes da natureza, e a constante transformação (desaparecimento e formação de territórios) a que estas áreas estão sujeitas motivou o seu tratamento como terras públicas pela legislação brasileira, à exceção de glebas de terras de destinação privada muito antigas. Isto faz com que o cercamento inerente à propriedade privada da terra ainda não seja hegemônico nesse contexto. Os arranjos tácitos e referências espaciais de varzeiros preservam as áreas de trabalho das famílias, atendendo prioritariamente o interesse coletivo, em ambientes rurais, vilas e ilhas. Esse acesso histórico às condições de produção (disponibilidade de recursos primários – água limpa, terra, biodiversidade) potencializou a resistência do modo de vida camponês amazônico, garantindo a subsistência dos varzeiros e o atendimento de feiras das cidades próximas, até o presente. Contudo, tal imbricação não é reconhecida pelas políticas públicas, e a oferta de melhoria de condições tecnológicas (provisão de energia, água, transporte), tem ocorrido de modo a favorecer a disputa de terras de várzea por novos usos, pautados na experiência da metropolitana.

Dentre os casos analisados, observa-se a articulação dialética entre campo e cidade observada em diversas trajetórias, como a sequência de uso de tipologias de várzea para ocupar a baixada da capital, sua transformação em espaço da pobreza e precariedade e criação de um estigma de atraso, o recurso a aterros e macrodrenagens e o desejo de modernizar as várzeas urbanas de Afuá, ou das vilas de Mocajuba. As múltiplas conexões que existem entre repertórios espaciais rurais e urbanos resultam na negação das águas e impermeabilização do solo (ou construção de solo artificial – a laje), como se a negação da condição original dos sítios fosse economicamente acessível na periferia do capitalismo.

No presente já é possível compreender que o modo de vida da várzea respeita rios e vegetação, porque isso garante a abundância da várzea, e que há necessidade de soluções tecnológicas que mantenham seus arranjos virtuosos e sua resiliência, a ponto de se compreender que as várzeas urbanas podem ser limites inteligentes para as cidades (em especial as pequenas), a serem mantidos e não eliminados pela urbanização, por serem portadores de inclusão social e prestadores de serviços ambientais muito necessários no mundo sob intensas transformações ambientais, tecnológicas, sociais e econômicas deste início de século.

6. Agradecimentos

Ao CNPQ, pelo financiamento à pesquisa por meio dos processos 307537/2018-8 e 430801/2016-5.

7. Referências

BELÉM. **Lei nº 8655 de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém, 2008.

BELÉM. Prefeitura Municipal De Belém. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/1_01_Caracterizacao-do-Territorio.pdf>. Acesso em 10 nov. 2019.

BIBAS, Luna Barros. **O espaço tradicional em contexto periférico: inadequações e tensões entre visões de mundo, o caso de Afuá**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

BRITO, Romario. **Esse rio é minha rua... e a floresta, a minha casa: guia de desenho ribeirinho para a Ilha do Combu, Belém, Pará**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **The Alternative Space: Informal Settlements and Life Chances in Belém, Brazil**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Oxford Brookes University. Oxford, 2002.



CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia**. Diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006, p. 55-98.

CARDOSO, Ana Cláudia *et al.* Urban Tropical Forest: Where Nature and Human Settlements Are Assets for Overcoming Dependency, but How Can Urbanisation Theories Identify These Potentials?. In: HORN, Phlipp; CARDOSO, Ana Cláudia; ALENÇON, Paola Alfaro. **Emerging Urban Spaces: A Planetary Perspective**. Cham: Springer, 2018.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CLEMENT, Charles *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. **Proc. R. Soc. B** 282: 20150813, pp. 1-9, 2015.

CORRÊA, Edivan Nazareno Alves. **As territorialidades da orla da cidade de Mocajuba**: a dinâmica de apropriação e de uso socioespacial da praia dos Gorgons. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) - Universidade Federal do Pará. Mocajuba, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, pp. 39-68, jul./set, 1987.

CPRM. **Risco de inundação em Belém**. Belém: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, 2014. CD-ROM. [Cartografia digital, formato shapefile].

IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas - Brasil**: hidrografia - massa d'água. IBGE, 2019b [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em 10 de dez. de 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Resultados do Universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IBGE. **Malhas municipais**. IBGE, 2019a [cartografia digital, formato shapefile]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15774-malhas.html?=&t=downloads>. Acesso em 10 de dez. de 2019.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 3^o ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. 4^a edição. São Paulo: Editora HUCITEC; ANPUR, 1994.

MOREIRA, Fernanda da Silva Andrade. **Análise socioambiental do município de Belém, Pará**: elementos para uma sustentabilidade urbana. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

OLIVEIRA, Kamila Diniz. **Entre a várzea e a terra firme – Estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbano rurais na Região do Baixo Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA, Rafaela Carolina Bulhões de. **O Espaço da vida cotidiana: contribuições ambientais e invisibilidades na Ilha de Cotijuba**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Pará, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

SAIDLER, Marcos Felipe Sudré. **As (in)constâncias da urbe selvagem**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Sérgio Brazão e. **Belém e o ambiente insular**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2010.

STERNBERG, Hildegard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do Careiro**. 2 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.



STOLL, Emilie. **Rivalidades ribeirinhas**: territórios, estratégias familiares e feitiçaria na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

TAGORE, Márcia de Pádua Bastos; CANTO, Otávio do; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção de açaí. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, p. 194-214, 2018.

VICENTE, Letícia Ribeiro. **Percepção e vivência**: proposta metodológica para elaboração de um planejamento participativo na ilha de Cotijuba - Belém (PA). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Pará, 2019.

VICENTE, Letícia Ribeiro; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **Estudo de tipologias espaciais de assentamentos humanos em Afuá e suas derivações**. Belém: PROPESP/UFGA, 2019. Relatório Final de Pesquisa em Iniciação Científica.

VICENTE, Letícia Ribeiro; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **Rastreando manifestações do Urbano Natural na Belém Insular**. Relatório Final de PIBIC/FAU. Belém: UFGA, 2018.

Ana Claudia Duarte Cardoso

PhD em Arquitetura (OBU/UK,2002), Mestre em Planejamento Urbano (Desenho Urbano) (UnB, 1994); Graduação em Arquitetura e Urbanismo (1991). Professora Titular da UFGA. Docente do PP-GAU/PPGE /FAU/ UFGA. Docente do PPGPAM /Unifesspa. Pesquisadora do CNPQ - PQ2.

Contribuição de autoria: fundamentação teórico-conceitual e problematização, elaboração e redação do texto; seleção das referências bibliográficas; revisão do texto.

Letícia Ribeiro Vicente

Mestranda do PPGAU/UFGA; ex-Bolsista de IC/CNPQ, Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFGA/2019).

Contribuição de autoria: pesquisa de dados e análise estatística; elaboração de figuras e tabelas; Fotos; elaboração e redação do texto; seleção das referências bibliográficas.

Romario Brito da Silva

Mestrando do PPGAU/UFGA; ex-Bolsista de IC/UFGA, Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFGA/2018).

Contribuição de autoria: pesquisa de dados e análise estatística; elaboração de figuras e tabelas; Fotos; elaboração e redação do texto; seleção das referências bibliográficas.

Como citar: CARDOSO, Ana Claudia Duarte; VICENTE, Letícia Ribeiro; SILVA, Romario Brito da Silva. Espacialidades da várzea amazônica: os casos de Afuá, Mocajuba e Belém. *Revista Paranoá*. n.29, jan/jun 2021. DOI [10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.05](https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.05)

Editora: Carolina Pescatori